

De “o nome e o como” para “o nome além do como”: estudo de trajetórias e práticas de nomeação

From “the name and the game” to “the name and beyond the game”: trajectory, studies and naming practices

Nathan Camilo*
natacam2@gmail.com

Resumo: O advento da microanálise apontou para a necessidade de um método adequado para a correta identificação dos sujeitos envolvidos na trajetória a ser reconstituída. Com essa finalidade Ginzburg propôs o método onomástico, que utiliza o nome como fio condutor da investigação. Os nomes, porém, não se restringem a identificar os indivíduos dentro de um grupo. Os processos de atribuição, transmissão e utilização dos nomes são práticas com caráter significativo e também possuem fins de classificação social. Partindo dessa premissa, nossa proposta é apresentar possibilidades de aplicação do estudo de trajetórias familiares para a análise das práticas de nomeação, utilizando-se do caso de uma família residente na freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Partindo de constatações obtidas a partir de apreciação quantitativa de estoque e origem de prenomes, segundos nomes e sobrenomes, uma abordagem qualitativa permitiu melhor compreensão acerca das possíveis motivações e implicações decorrentes da escolha dos nomes, bem como da constituição e do uso do nome ao longo de uma existência. O caso pesquisado reitera a noção do nome como um patrimônio imaterial familiar a ser manejado conforme os interesses e as possibilidades disponíveis em uma sociedade hierarquizada. Práticas que envolviam vários fatores, como afirmação de pertencimento social e familiar, consolidação de relações de compadrio e processos de mobilidade social.

Palavras-chave: nome, família, práticas de nomeação, patrimônio imaterial

Abstract: The advent of microanalysis pointed to the need of a suitable method to correct identification of the individuals involved in the trajectory to be reconstituted. With this goal Ginzburg proposed the onomastic method, which uses the name as conducting wire of the research. Names, however, don't restrict to identify individuals inside of a group. The processes of allocation, transmission and use of names are practices with significant character and also have purpose of social classification. Starting from this premise, our propose is to show possibilities of application of family trajectory studies to the naming practices' analysis, using the case of a family resident in the parish of Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre between the end of the 18th century and the beginning of the 19th century. Starting from findings obtained from quantitative assessment of stock and origin of first names, second names and surnames, a qualitative approach allowed better comprehension of the possible motivations and implications of the choice of names, as well as of the constitution and the use of the name over a lifetime. The case researched reiterates the notion of the name as a familiar intangible heritage to be managed as the interests and the possibilities available in a hierarchical society. Practices what involved several factors, as social and family belonging affirmation, consolidating compadrio relationships and processes of social mobility.

Keywords: name, family, naming practices, intangible heritage

*Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Este trabalho foi realizado com o apoio do CNPq.

*“En el nombre de mi abuela
Está escrita una canción
En el nombre de mi abuela
Victoria Abaracón”*
(Jaime Roos, Victoria Abaracón)

Partindo esta reflexão da canção do músico uruguaio Jaime Roos (1984), em um nome está escrito mais do que uma canção. O nome que identifica os membros em uma sociedade é um elemento aparentemente corriqueiro e naturalizado, mas envolve uma série de fatores complexos e nem sempre perceptíveis que influem na disponibilidade, escolha e utilização dos nomes pessoais.

Levando isso em consideração, nossa proposta é apresentar possibilidades de aplicação do estudo de trajetórias familiares para a análise das práticas de nomeação luso-brasileiras – processos de atribuição, incorporação, variação, transmissão e utilização de prenomes, segundos nomes e sobrenomes. Para tal, utilizaremos do caso de uma família residente na freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre entre o final do século XVIII e o início do século XIX.

De “o nome e o como” para “o nome além do como”

No conhecido ensaio *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*, Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1989) explanaram a respeito da realização de microanálise de fenômenos circunscritos como resposta às limitações da pesquisa quantitativa de longa duração, característica da segunda fase dos *Annales*. Com a circunscrição do âmbito investigativo, é possível a sobreposição de séries documentais, tendo como “fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental [...] aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome” (GINZBURG; PONI, 1989, p. 174). Tal procedi-

mento foi denominado *método onomástico* pelos autores.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Norberta Amorim (1983, p. 213, grifos nossos), falando especificamente de estudos demográficos, afirma que:

Por exigências de um estudo demográfico, quando nos debruçamos sobre os livros de registros de batizados, casamentos e óbitos, tendo em vista a reconstituição de famílias, embora perseguindo os números, trabalhamos obrigatoriamente sobre nomes. Nenhum estudo de comportamentos demográficos terá validade, se não conseguirmos identificar de forma correta cada indivíduo nos vários atos registrados de sua vida [...]. Tal identificação parte basicamente do nome [...].

Contudo, a utilização do método onomástico para populações luso-brasileiras do passado é dificultada por uma série de peculiaridades de suas práticas nominativas, problema inicialmente apontado por Maria Luiza Marcílio (1972) e reiterado por diversos estudiosos, como Ana Silvia Volpi Scott e Dario Scott (2013, p. 110):

Falta de regras para transmissão dos nomes de família, alteração e/ou inversão de nomes e sobrenomes, ausência de nomes de família para a maioria da população feminina, concentração na escolha de alguns nomes de batismo – tanto para homens como para mulheres – alto índice de homônimos.

Ademais, os nomes não são somente uma questão de natureza metodológica. Conforme alertou Rodrigo de Azevedo Weimer (2013), deve-se pensar o nome além de uma ferramenta identificadora de indivíduos, evitando cair no erro de desprezar o papel simbólico dos nomes e as questões classificatórias e de significação envolvidas:

Os nomes não são apenas rastros a serem perseguidos. Eles não são neutros: traduzem relações de poder e hierarquias. Expressam formas de classificação social e disposições identitárias indivi-

duais, familiares ou grupais frente aos demais. Os nomes trazem impressos em si tradições, memórias e experiências vividas. Evidenciam formas de relacionar-se com o passado. A ele rendem homenagem e também projetam o que se espera do devir (WEIMER, 2013, f. 329-330).

Em outras palavras, passar de uma noção de “o nome e o como” – o nome como instrumento metodológico – para uma noção de “o nome *além* do como” – o nome como elemento indicativo de relações e comportamentos dentro de uma sociedade.

Com efeito, Marc Bloch (1932, p. 67, tradução nossa) já chamava a atenção para a relação entre os nomes de pessoa e questões sociais, ao afirmar que “a escolha dos nomes de batismo, sua natureza, sua frequência relativa [...] revelam correntes de pensamento ou de sentimento aos quais o historiador não pode permanecer indiferente”.

Claude Lévi-Strauss (2012) reiterou que a função do nome vai além da simples *identificação* dos indivíduos dentro de um grupo de referência, visto que também tem a função *designificar*: “os nomes próprios fazem parte integrante de sistemas tratados por nós como códigos: modos de fixar significações, transpondo-as para os termos de outras significações” (LÉVI-STRAUSS, 2012, p. 201).

O significado de um nome, para José Luiz da Veiga Mercer e Sérgio Odilon Nadalin (2008), é produto da escolha entre as opções disponíveis. Escolha que expõe as preferências que uma comunidade possui em um determinado período de tempo. Preferências que recebem influência da moda vigente, a qual de certa forma limita a liberdade ao se eleger um nome. De acordo com Dominique Schnapper (1984, p. 14, tradução nossa):

A escolha do nome está [...] ligada ao sistema de parentesco, às regras de transmissão de bens materiais e

simbólicos, à ação do Estado e da Igreja, às normas do “jogo social” próprio do grupo de pertencimento, enfim a um “gosto”, vivido como indivíduo mas socialmente determinado. É o conjunto da estrutura desses diferentes fatores que deve ser invocado a cada vez para esclarecer plenamente os significados da escolha dos prenomes.

Desse modo, a opção por um nome habitual indica a busca por pertencimento, por adesão à comunidade, enquanto um nome “exótico” evidencia afastamento do grupo e busca de novas identidades (MERCER; NADALIN, 2008).

Os significados atribuídos a um nome fazem com que este, conforme apontou Martha Daisson Hameister (2006), carregue uma série de atributos, inspirando diversas reações em uma sociedade: temor, respeito, desprezo, malícia, entre outras. Logo, a interação dos significados de um nome possibilita uma terceira função mencionada por Lévi-Strauss (2012), *classificar*. A classificação inclui ou exclui os indivíduos em um grupo devido ao seu nome, seja definindo o estatuto de um sujeito dentro de seu grupo, seja determinando a posição, tanto do indivíduo quanto do grupo, num contexto de categorias mais abrangentes (LÉVI-STRAUSS, 2012).

A classificação pode ter intuito desqualificatório, seja, de acordo com João de Pina Cabral (2008b), mediante atribuição de nome a outrem sem seu consentimento, por meio de impedimento à utilização de nomes restritos legal ou socialmente ou através de determinação de hierarquias de respeitabilidade entre as formas de nomeação oficiais e alternativas. Mas também pode ter fim de qualificação, pois, para Hameister (2006), os atributos podem ser incorporados ao nome próprio de acordo com a história de vida do sujeito que o detém e com os feitos exercidos durante este período. A qualificação também pode ser considerada no sentido inverso, isto é, quando se recebe

um nome que já tenha atributos incorporados. Ações que ocorrem simultaneamente e se complementam de forma mútua.

Dessa maneira, o nome, seguindo a perspectiva desenvolvida por Hameister (2006), passa a ser visto como um patrimônio imaterial familiar. Um bem intangível que incorporava várias “qualidades” e podia ser transmitido para seus sucessores. Nessa transmissão, também entravam os atributos já vinculados ao nome, fazendo com que a pessoa que o recebesse também pudesse herdar o prestígio do portador original. Em suma, recebia uma herança imaterial, no sentido indicado por Giovanni Levi (2000).

Processo que nem sempre ocorria mediante uma racionalidade absoluta e estritamente utilitarista. Mas sim por meio de uma racionalidade limitada: ações que eram “fruto do compromisso entre um comportamento subjetivamente desejado e aquele socialmente exigido, entre liberdade e constrição” (LEVI, 2000, p. 46).

Identificar, significar e classificar. Funções que, na utilização de um nome, também são utilizadas de forma dinâmica. Tais processos, considerando a explicação de Marshall David Sahlins (1990), não são apropriados da mesma forma pelos diferentes sujeitos históricos, devido às diferenças de contexto, experiência e interesses. Com isso, os nomes podiam, dentro dos limites socialmente estabelecidos, ter seus significados reinterpretados e reavaliados, levando-se a alterações na estrutura.

Os aspectos acima apresentados evidenciam o caráter relevante e significativas práticas de nomeação nas diversas sociedades. Este conceito foi assim definido por Weimer (2013, f. 323):

Por práticas de nomeação entende-se as maneiras pelas quais os homens, em sociedade, atribuem, para si e para

outrem, formas de denominação pessoal; as maneiras pelas quais manipulam, ocultam ou evidenciam em diversos contextos sociais tais denominações; as formas pelas quais, através de nomes, prenomes, e apelidos, os indivíduos relacionam-se com a história e com tradições herdadas; as formas pelas quais os nomes são operados no sentido de reiterar hierarquias sociais, afirmar estatutos, ou mesmo contestá-los.

Do telescópio ao microscópio

Antes de realizar a reconstituição da trajetória familiar, procedeu-se a apreciação quantitativa de estoque e origem de prenomes, segundos nomes e sobrenomes, mediante uso do cruzamento nominativo entre registros paroquiais de batismo, casamento e óbito inseridos em uma base de dados informatizada, o NACAOB, que permite exploração sistemática das informações pertinentes.

De um modo geral, considerando a população livre e forra de Porto Alegre entre 1772 e 1835, tem-se um panorama semelhante ao constatado em outros estudos relativos a paróquias luso-brasileiras. A despeito de haver uma razoável variedade de prenomes disponíveis no estoque (374 prenomes femininos para 6.336 meninas batizadas e 367 prenomes masculinos para 6.508 meninos batizados), a tendência era a de concentração de escolhas nas opções mais populares, principalmente entre os nascidos do sexo masculino.

	Feminino			Masculino		
	Nome	NA	%	Nome	NA	%
1	Maria	1.252	19,8	José	890	13,7
2	Ana	453	7,1	João	715	11
3	Francisca	263	4,2	Manuel	698	10,7
4	Joaquina	254	4	Antônio	694	10,7
5	Rita	214	3,4	Francisco	431	6,6
	Subtotal	2.436	38,4	Subtotal	3.428	52,7
	Outros 370	3.900	61,6	Outros 363	3.080	47,3
	Total	6.336	100	Total	6.508	100

Tabela 1—Cinco prenomes mais utilizados (1772-1835).

Fonte: AHCMPA. Batismos (1772-1835). Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Prática que ampliava a possibilidade de os batizados receberem prenome idêntico ao dos pais, avós e/ou padrinhos, o que ocorreu em mais da metade dos batismos e era mais comum de ser adotada para rebentos do sexo masculino. Também se percebe que havia maior chance de receber o prenome de um dos padrinhos do que de um dos pais ou de um dos avós.

Origem do prenome	Feminino		Masculino	
	NA	%	NA	%
Pai/mãe	1.068	16,9	1.345	20,7
Só pai/só mãe	458	7,2	577	8,9
Avô/avó	1.049	16,6	1.264	19,4
Só avô/só avó	408	6,4	373	5,7
Padrinho/madrinha	1.854	29,3	2.508	38,5
Só padrinho/Só madrinha	1.182	18,7	1.648	25,3
Pais+avós	385	6,1	520	8
Só pais+avós	194	3,1	279	4,3
Pais+padrinhos	416	6,6	489	7,5
Só pais+padrinhos	225	3,6	248	3,8
Avós+padrinhos	447	7,1	612	9,4
Só avós+padrinhos	256	4	371	5,7
Pais+avós+padrinhos	191	3	241	3,7
Subtotal	2.914	46	3.737	57,4
Outras origens	3.422	54	2.771	42,6
Total Geral	6.336	100	6.508	100

Tabela 2—Origem dos prenomes (1772-1835).

Fonte: AHCMPA. Batismos (1772-1835). Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Percentuais expressivos que levam a questionar as motivações para optar por determinados prenomes em lugar de outros. De início, a escolha de opções já existentes no repertório familiar como afirmação de pertencimento (MERCER; NADALIN, 2008), voluntário ou compulsório. Podia também envolver questões como homenagens ao portador original do nome ou um intuito de transmitir atributos juntamente com o nome (HAMEISTER, 2006). Ou mesmo envolver questões mais complexas, como a hipótese formulada por Hameister (2006), de transmissão de prenome de pai para filho com intenção de continuidade. No caso de nome partilhado entre padrinhos e afilhados, isso era uma forma de consolidar as relações estabelecidas no compa-

drio (HAMEISTER, 2003). Por sua vez, para os libertos, os motivos familiares podiam ter um significado distinto. Segundo Weimer (2013), o uso recorrente de nomes neste grupo social seria uma maneira de recriar as ancestralidades quebradas pela escravidão, bem como a própria memória do cativo.

Quanto aos segundos nomes e sobrenomes, considerando apenas os assentos de casamento, apesar de haver uma maior tendência de os homens adotarem nomes vindos do pai, e de as mulheres adotarem os da mãe, não havia uma regra geral seguida por todos os sujeitos. Com efeito, Nuno Gonçalo Monteiro (2008) destacou que Portugal e suas colônias não possuíam regras específicas para transmissão do sobrenome antes do século XIX.

Origem do(s) nome(s)	Noivas		Noivos	
	NA	%	NA	%
Um nome	679	23,5	548	18,9
Pai	73	2,5	252	8,7
Mãe	161	5,6	18	0,6
Outra	445	15,4	278	9,6
Dois ou mais nomes	2.124	73,4	2.242	77,3
Só pai	97	3,4	804	27,7
Só mãe	308	10,7	13	0,4
Pai e mãe	193	6,7	121	4,2
Pai e outra	324	11,2	660	22,8
Mãe e outra	410	14,2	70	2,4
Pai, mãe e outra	28	1	14	0,5
Só outra	764	26,4	560	19,3
Subtotal	2.803	96,9	2.790	96,2
Só prenome	89	3,1	109	3,8
TOTAL	2.892	100	2.899	100

Tabela 3—Origem dos segundos nomes e/ou sobrenomes dos nubentes (1772-1835).

Fonte: AHCMPA. Casamentos (1772-1835). Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre: Banco de dados NACAOB. Base Porto Alegre. Extração 22 abr. 2015.

Além da questão do pertencimento social e familiar, o uso de segundos nomes e nomes de família pode indiciar processos de ascensão ou ao menos estabilidade social. A falta de regras definidas para a composição do nome permitia relativa diversidade de possibilidades

de utilização dos nomes. Dentro de certos limites, como a estratificação social e a racionalidade limitada, os sujeitos podiam manejar seus nomes, dando diversos significados às práticas adotadas.

Para melhor compreensão acerca das possíveis motivações e implicações decorrentes da escolha dos nomes, bem como da constituição e do uso do nome ao longo de uma existência, à análise quantitativa seguiu-se uma abordagem qualitativa mediante reconstituição de uma trajetória familiar.

A reconstituição de trajetórias é uma prática relativamente difundida em investigações que estejam centradas em famílias de elite. No caso destas, via de regra, a documentação existente é mais abundante e possibilita maior acesso a dados. Quanto a famílias de setores subalternos, excetuando-se o caso de famílias de escravos, ainda é um campo pouco desbravado pelos historiadores. Documentação mais reduzida, somado a uma mais evidente dificuldade de identificação devido a dados menos completos em registros, à maior variação de nomes entre um ato e outro ou mesmo a nomes de família mais irregulares ou inexistentes, especialmente em se tratando de mulheres, podem ser alguns dos fatores que convidam os pesquisadores a dissuadirem de tal empreitada.

Para tal, Ginzburg e Poni (1989) apontam para a necessidade de se optar por casos relevantes e significativos, objetos de investigação extraordinários que “funcionam como espias ou indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer” (GINZBURG; PONI, 1989, p. 177).

Estudo de uma trajetória familiar

Para esta análise, optamos por reconstituir a trajetória de uma família pertencente a um setor social menos privilegiado de Porto Alegre, chefiada por uma parida forra, mãe solteira de seis filhos naturais, nominada

Ângela Francisca Coelho, ou Ângela Francisca Coelha. As duas formas variavam de documento para documento, sem motivo aparente. Para fins de uniformização, referir-nos-emos a ela pela forma flexionada “Ângela Francisca Coelha”.

Explicamos os motivos que nos levaram a escolher este caso, que consideramos “relevante e significativo” conforme acepção de Ginzburg e Poni (1989). Em primeiro lugar, foi necessária a exclusão de pessoas com nomes muito comuns, devido à maior probabilidade de confusão com possíveis homônimos. Em segundo lugar, a despeito de sua condição social menos privilegiada, as informações contidas nos registros paroquiais viabilizaram a reconstituição de sua trajetória com uma riqueza de detalhes nem sempre encontrada em indivíduos de condição semelhante. Além de ser mãe de seis filhos naturais, Ângela foi receptora de crianças expostas e, ao falecer aos sessenta anos de idade, em 20 de junho de 1825, deixou testamento, a partir do qual se realizou o inventário judicial – indício este de um processo de ascensão ou ao menos de estabilidade social. Além de registros paroquiais e do inventário, localizamos outros documentos ligados ao caso, como cartas de alforria e róis de confessados.

a) Primeira geração: Ângela Francisca Coelha

A partir das informações contidas nos documentos acima referidos, podemos reconstituir a trajetória de Ângela. Constatou-se que Ângela, durante o período abarcado por esta investigação, passou a maior parte de sua existência na Paróquia Madre de Deus de Porto Alegre. Nascida na Freguesia da Serra (atual cidade de Osório/RS) entre os anos de 1765 e 1769, filha natural de Tomásia, escrava do capitão-mor Francisco Coelho Osório, foi libertada em 1772, junto com sua irmã Perpétua. Conforme a escritura de alforria, o capitão-mor tomou a iniciativa porque “tinha a tal certeza de

[ambas] serem suas filhas com uma sua escrava por nome Tomásia”.

Ângela, assim como Perpétua, constituiu seu nome a partir do nome completo de seu pai e ex-proprietário, o capitão-mor Francisco Coelho Osório. Lembremos que a paternidade foi mencionada na carta de alforria, mas o vínculo entre progenitor e filhas nunca foi oficializado nos assentos da Igreja. No testamento Ângela Francisca Coelha se apresentou como “filha natural do capitão-mor Francisco Coelho Osório e de Tomásia Cardoso”. Relação não oficializada, mas que pode ter motivado a escolha do prenome do antigo senhor como segundo nome e um dos sobrenomes como nome de família. Lembrando que os significados da adoção de um sobrenome são plurais (WEIMER, 2008), provavelmente a estratégia tenha visado a garantir a condição de livre, a ampliar as possibilidades de inserção na sociedade e a marcar o vínculo de parentesco.

Ângela Francisca Coelha nunca se casou, mas teve pelo menos seis filhos naturais: Joana, José, Emerenciana, Timóteo, Angélica e Ana. Não há indícios seguros que confirmem um possível amasiamento estável, mas a numerosa prole confirma uma vida sexual ativa e o estabelecimento de relacionamentos de duração desconhecida.

b) Segunda geração: filhos de Ângela Francisca Coelha

Examinemos mais detalhadamente a trajetória dos descendentes de Ângela, começando por seus filhos homens. José recebeu o prenome mais comum entre os meninos batizados na Madre de Deus. Era o segundo nome de seu padrinho, Antônio José Oliveira. Após o rol de confessados de 1814, não encontramos mais nenhum vestígio confirmado da trajetória de José. Em 1823, porém, faleceu um indivíduo com 32 anos de ida-

de, chamado José Rodrigues do Vale, casado com Felicidade Perpétua, cujo assento de matrimônio não foi localizado. Antônio Álvares Pereira Coruja (1983) menciona que havia um morador de Porto Alegre com este nome que era conhecido pela alcunha de José Moleque. A alcunha fazia referência ao fato de José atuar como “ator gracioso”. Em outra passagem de *Antigua-lhas*, há o relato de que na Rua Nova “moravam [...] as Senhoras Ângelas (irmãs de José Moleque)” (CORUJA, 1983, p. 99). Em seu testamento, Ângela declarava que residia em sua casa localizada à Rua Nova. Ao que tudo indica, Coruja (1983) teria se referido às filhas de Ângela ao citar as “Senhoras Ângelas”. Logo, há uma possibilidade, ainda que não se possa garantir com certeza, de que José Moleque era filho de Ângela.

Probabilidade fortalecida após examinar os nomes dos demais filhos de Ângela. Todos comprovadamente chegaram à idade adulta, tendo sido citados no inventário de Ângela e em registros paroquiais posteriores, como casamentos, óbitos e batismo de filhos.

A Timóteo foi legado prenome idêntico ao de seu padrinho, capitão Timóteo José de Carvalho. Na fase adulta, o filho de Ângela passou a utilizar o nome Timóteo José Rodrigues. Ou seja, além do prenome, adotou também o segundo nome de seu padrinho. O sobrenome, provavelmente já utilizado por seu irmão José, não teve sua possível origem localizada. Pode ser uma referência ao pai ou a outro parente.

Com José e Timóteo, especialmente no segundo caso, provavelmente foi utilizada a estratégia do nome em comum como elemento de consolidação das relações estabelecidas na pia batismal. Um dos elementos que evidencia a importância do compadrio na sociedade de então é o nome partilhado em comum (HAMEISTER, 2003). Segundo Hameister (2003), não eram todos os padrinhos que legavam seus nomes aos

afilhados. Todavia essa prática era comum entre padrinhos que ainda não tinham um nome consolidado, mas pertenciam a famílias socialmente privilegiadas. Numa lógica de dádiva e reciprocidade, o afilhado recebia um prenome que possibilitava uma maior aproximação com seu padrinho, o que podia facilitar o acesso a proteção ou a ganhos materiais. O padrinho, por sua vez, ampliava seu prestígio perante a comunidade, o que ajudava na consolidação do seu nome como um patrimônio.

Ao receber o nome vindo do padrinho, era obrigação do afilhado retribuir a dádiva. Logicamente, pelo caráter hierárquico do compadrio, não havia como dar de volta o nome. Mas o afilhado podia fazer “bom uso” do nome, mantendo e, se fosse o caso, ampliando a carga significativa e a reputação dessa herança imaterial.

A alcunha “Senhoras Ângelas” mencionada por Coruja (1983) possivelmente se refere às quatro filhas de Ângela – Joana, Emerenciana, Angélica e Ana. A possível origem destes prenomes não foi localizada. Contudo, é improvável que tenham sido escolhidos de forma aleatória. Emerenciana já era um prenome presente na família (Perpétua tinha uma filha assim nominada). Angélica pode ser referência a Ângela. Ainda que a etimologia destes nomes não seja exatamente a mesma, eram comuns erros nos documentos, quando Ângela era registrada com o nome Angélica, e vice-versa.

Joana, a filha que havia sido registrada por engano como enjeitada, destoou de seus irmãos no tocante à composição de seu nome, pois adotou um sobrenome não utilizado por nenhum dos demais filhos de Ângela. Ou a primogênita era filha de outro pai, ou fez uso de outra estratégia de nominação. No inventário de sua mãe, ela consta na relação de herdeiros com o nome Joana Soares.

As demais três filhas – Emerenciana, Angélica e Ana – adotaram os mesmos segundo nome e nome de

família. O sobrenome “do Vale” não teve sua possível origem localizada, mas provavelmente já havia sido utilizado por seu irmão José. Pode ser um marcador de paternidade ou alusão a outro parente. Ou ainda, embora menos provável, referência geográfica. Já o segundo nome “Francisca” é o mesmo de sua mãe, derivado do prenome do pai de Ângela.

Uma possível conjectura é a utilização do nome como marcador de parentesco, partindo da concepção de André Burguière (1984). Uso, contudo, que teve seus significados reinterpretados e reavaliados, no sentido indicado por Sahlins (1990). A partir de uma vivência de consolidação da posição de tal família na sociedade, mais distante do passado de cativo de Ângela, seria interessante ao mesmo tempo reafirmar sua ancestralidade e criar uma nova identidade. Dessa forma, o segundo nome oriundo da mãe, e, por conseguinte, do avô que havia sido proprietário de Ângela, podia ser, baseando-se na hipótese de Weimer (2013), o elemento de marcação da ancestralidade familiar, ou mesmo um indicativo da memória do cativo da mãe. Ao mesmo tempo em que se buscava preservar esse passado, procedia-se à construção de uma nova identidade familiar, razão possível pela qual as descendentes de Ângela descartaram o sobrenome do avô em prol de outro.

Em algumas ocasiões, os redatores de documentos fizeram confusão com os nomes de Ângela e Angélica. No inventário, era comum o nome da falecida ser referido como “Angélica Francisca Coelha” ou “Ângela Francisca do Vale”, nem sempre sendo corrigido. A última forma também foi utilizada em uma juntada do inventário para fazer referência à filha.

Em princípio, é certo que a hipótese de “(con) fusão” proposta por Hameister (2006) é inadequada a este contexto. Além de não terem sido homônimas perfeitadas, parece-nos nada provável que a escolha de um

prenome semelhante tivesse tido a intenção de confundir ambas em uma *só persona*.

Nada impede, porém, de conjecturar uma possível relação mais próxima de Ângela com Angélica do que com os demais filhos. Proximidade que pode ter contribuído com as confusões entre mãe e filha cometidas na documentação, bem como ter motivado a escolha desta filha como testamenteira.

Emerenciana, Angélica e Ana, a exemplo de sua mãe, constituíram suas famílias mediante concepção de filhos naturais. Alguns indícios, porém, sugerem que elas possam ter vivido em uniões relativamente estáveis não sacramentadas pela Igreja, as quais geraram descendentes. Examinemos a terceira geração.

c) Terceira geração: netos de Ângela Francisca Coelho

Quanto aos netos de Ângela, focaremos aqui apenas nos sete já nascidos por ocasião da abertura do inventário: José (filho de Joana), Luísa e Joaquim (filhos de Emerenciana), José e Bernardina (filhos de Angélica), Maria e Florisbela (filhas de Ana). De José, filho de Joana Soares, não encontramos rastros que possam indicar o uso (ou não) de nomes além do prenome.

Nesta geração, começa a ser mais frequente o uso de nomes advindos de parentes próximos, consanguíneos ou espirituais, o que reitera a importância que a família dava para a demonstração do pertencimento a esse grupo mediante a repetição de nomes já presentes no seu estoque (MERCER; NADALIN, 2008).

À época, Emerenciana Francisca do Vale – que, assim como sua mãe, nunca contraiu matrimônio – tinha dois filhos naturais, Luísa e Joaquim. Embora a primeira tivesse sido batizada como filha natural, após o nascimento de Francisca (sua terceira filha), ela passou a ser referida como filha legítima de Joaquim José de Santana. Seu irmão Joaquim foi citado em uma jun-

tada do inventário pelo mesmo nome do pai de Luísa. Pode ser apenas uma coincidência, mas é mais provável que seja um indicativo de que Emerenciana relacionou-se com Joaquim de forma estável, ao menos por um período suficiente para conceber os dois filhos.

No caso de Joaquim filho, constata-se de certa forma uma repetição da prática nominativa adotada por sua avó e por sua tia-avó. Um vínculo paterno não oficializado, mas assinalado pelo uso de segundos nomes e/ou sobrenomes em comum. Aqui, porém, o fato de a constituição do nome ter resultado num homônimo perfeito torna mais evidente o desejo de reconstruir sua ancestralidade. Já Luísa adotou o segundo nome e o sobrenome provenientes da mãe: Luísa Francisca do Vale. Após o óbito de seu segundo filho, passou a usar o nome de família do marido Joaquim Balbino Cordeiro, sendo registrada Luísa Francisca Cordeiro.

Angélica Francisca do Vale teve dois filhos – José Rodrigues do Vale e Bernardina Rodrigues Benfica – sem ser casada. Em seu óbito, consta que era viúva de Bernardo José Rodrigues – provavelmente o filho, que era homônimo perfeito de seu pai.

Pelos nomes dos filhos de Angélica, é provável que, antes de oficializar a união com Bernardo, ambos tenham vivido em concubinato e tenham tido os filhos. No caso de José, seu prenome era o mais comum nos batismos em Porto Alegre, e já presente no repertório da família. Além de ser o segundo nome do provável pai, também era o prenome do irmão de Angélica. O prenome ainda foi escolhido para o filho de Joana; como não conhecemos a data de nascimento e batismo deste, não há como saber qual dos dois netos de Ângela recebeu o nome primeiro.

José Rodrigues do Vale compôs seu nome com sobrenomes de origens paterna e materna. Junto a isso, a escolha desses nomes teria remetido ao falecido tio José Moleque de modo a formar um homônimo perfei-

to? Ainda que sem indícios seguros, é uma hipótese plausível.

Bernardina também foi nominada com o prenome do provável pai, neste caso, de forma flexionada. Seus nomes de família vieram exclusivamente de linhagem paterna. Além do Rodrigues vindo do pai, vale lembrar que Benfica era um dos sobrenomes da mãe do Bernardo filho e esposa do Bernardo pai, dona Francisca Antônia Nunes Benfica.

Ana Francisca do Vale também nunca casou. De acordo com o inventário, Maria e Florisbela, filhas naturais de Ana, também eram filhas de José Luís Pinto. De Florisbela, não foram encontradas pistas a respeito da adição (ou não) de nomes ao prenome. Já Maria incorporou o prenome do pai como segundo nome e o nome de família do progenitor como sobrenome: Maria José Pinto.

d) Considerações sobre as práticas de nomeação da família

Apresentada a família de Ângela Francisca Coelho, seus nomes, origem e constituição dos mesmos, teceremos algumas considerações gerais a respeito das práticas de nomeação adotadas por seus membros.

Iniciemos pelos prenomes. De modo geral, os membros da família escolheram opções já usuais no estoque onomástico da localidade para nominar seus descendentes. Algumas das opções mais populares estavam presentes: José, Joaquim, Maria, Ana e Luísa. Ainda que houvesse espaço para alternativas menos comuns, como Timóteo e Florisbela, no geral a escolha pautou as preferências gerais observadas para Porto Alegre, denotando uma busca por adesão à comunidade (MERCER; NADALIN, 2008). O prenome também agiu como elemento de identificação e pertença a um grupo familiar (BURGUIÈRE, 1984), o que adquiriu especial importância em uma família majoritariamente

constituída às margens do matrimônio sacramentado pela Igreja.

Se os prenomes já tiveram seu papel na constituição da linhagem da família de Ângela, os segundos nomes e sobrenomes reforçaram essa intenção. Para uma família cujos vínculos de parentesco acabaram sendo estabelecidos de modo informal (uniões consensuais e filhos naturais), os nomes podiam ser usados de modo a, baseando-se no raciocínio de Pina Cabral (2008a), dar existência externa a um processo de identificação familiar. Em outras palavras, reconstruir tanto a ancestralidade quanto a memória dos ascendentes e de suas vivências (WEIMER, 2013).

Nesse processo, podemos encontrar uma situação que se encaixa na definição de reavaliação funcional de categorias proposta por Sahlins (1990). Ao visualizar o uso dos nomes de família ao longo das gerações, constata-se que o segundo nome “Francisca” acabou por ser ressignificado e converteu-se no marcador da linhagem, ao menos para uma parte de seus membros, enquanto o sobrenome “Coelha” não foi transmitido. Um processo simultâneo de preservação da memória e identidade dos ascendentes combinado com a busca por novas identidades, inserção e estabilidade ou ascensão sociais.

Logo, a dinâmica da atribuição e utilização dos prenomes, segundos nomes e sobrenomes dentro da família de Ângela Francisca Coelho reitera a ideia de nome como um patrimônio imaterial familiar, apresentada por Hameister (2006). Certo que, em uma sociedade hierarquizada e estratificada cuja ação de seus membros fundamentava-se no conceito de racionalidade limitada (LEVI, 2000), os interesses e possibilidades para uso estratégico dos nomes por parte dos integrantes da elite eram diferentes dos adotados pelos ocupantes de segmentos sociais menos privilegiados.

Entretanto, reforçando a ideia apresentada por Weimer (2008; 2013), sujeitos localizados nas bases da

sociedade (ou próximos à base), repetindo ou ressignificando os significados culturais imbuídos às formas de nominação, também davam significado a tais práticas e as manejavam conforme as possibilidades e interesses envolvidos, configurando o nome como uma herança imaterial (LEVI, 2000). Se não como um elemento para transmissão de bens e de prestígio num sentido mais estrito, ao menos para marcar o pertencimento e a posição dentro de um grupo familiar ou social, ou mesmo para criar ou recriar vínculos de parentesco. Desse modo, o uso dos nomes podia tanto reafirmar a identidade quanto criar novas identidades, processos que podiam ser simultâneos e complementares.

Considerações finais

Durante o andamento de uma pesquisa, pode ocorrer em algum momento do processo problemas que dificultem o seguimento da investigação. No caso específico de estudos que façam uso do método onomástico para populações luso-brasileiras do passado, um dos obstáculos a serem enfrentados é a dificuldade de identificação dos indivíduos devido às práticas nominativas vigentes à época.

Se por um lado tais problemas consistem em um verdadeiro desafio para o pesquisador, por outro lado

são uma excelente oportunidade para a exploração de novas possibilidades investigativas. Relativo ao método onomástico, o desafio acima mencionado possibilita, fazendo uma livre adaptação de um título de um célebre ensaio de Ginzburg e Poni (1989), ver “o nome além do como”. Ou seja, o nome visto não só como uma ferramenta metodológica para identificar os indivíduos em meio aos diversos documentos nominativos, mas também como um elemento que carrega consigo uma série de experiências, memórias, reverências e projeções, tanto por parte de quem o atribui quanto por parte de quem o porta. Um elemento cujos processos de atribuição, utilização e transmissão são significados e ressignificados pelos sujeitos históricos, tendo envolvidas questões referentes a classificação social e formação de hierarquias.

O caso aqui apresentado reitera a noção do nome como um patrimônio familiar a ser manejado e ressignificado conforme os interesses e as possibilidades disponíveis em uma sociedade hierarquizada, configurando-se como uma herança imaterial tanto para transmissão de bens materiais e imateriais quanto para (re)afirmar ou (re)criar o pertencimento e/ou o parentesco, ou mesmo consolidação de relações de compadrio e processos de mobilidade social.

Referências bibliográficas

- AMORIM, Norberta. Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580-1820). *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, v. XXXIV, p. 213-279, 1983.
- BLOCH, Marc. Noms de personne et histoires sociale. *Annales d'histoire économique et sociale*, [s.l.], v. 4, n. 13, p. 67-69, 1932.
- BURGUIÈRE, André. Prénomsetparenté. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth (orgs.). *Le prénom, mode et histoire: entretiens de Malher 1980*. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1984. p. 29-35.
- CORUJA, Antônio Álvares Pereira. *Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983.
- GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.
- HAMEISTER, Martha Daisson. Na pia batismal: estratégias de interação, inserção e exclusão social entre os migrantes açorianos e a população estabelecida na vila de Rio Grande, através do estudo das relações de compadrio e parentescos fictícios (1738-1763). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 5, 2003, Caxambu. *Anais eletrônicos...* Campinas, ABPHE, 2003. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_91.pdf>. Acesso em: 15 maio 2010.
- _____. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. 12. ed. Campinas: Papirus, 2012.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Variations des noms et des prénoms au Brésil. *Annales de Démographie Historique*, [s.l.], p. 345-353, 1972.
- MERCER, José Luiz da Veiga; NADALIN, Sérgio Odilon. Um patrimônio étnico: os prenomes de batismo. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 12-21, jul./dez. 2008.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica. *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 45-58, maio 2008.
- PINA CABRAL, João de. Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate. *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 5-16, maio 2008.
- _____. Recorrências antroponímicas lusófonas. *Etnográfica*, Lisboa, v. 12, n. 1, p. 237-262, maio 2008.
- SAHLINS, Marshall David. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- ROOS, Jaime. Victoria Abaracón. Intérpretes: Jaime Roos e Eduardo Mateo. In: JAIME ROOS. *Mediocampo*. Montevideo: Orfeo, p1984. 1 disco sonoro, Lado A, faixa 2.
- SCHNAPPER, Dominique. Essai de lecture sociologique. In: DUPÂQUIER, Jacques; BIDEAU, Alain; DUCREUX, Marie-Elizabeth (orgs.). *Le prénom, mode et histoire: entretiens de Malher 1980*. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1984. p. 13-21.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Análise quantitativa de fontes paroquiais e indicadores sociais através de dados coletados para sociedades do Antigo Regime. *Mediações*, Londrina, v. 18, n. 1, p. 106-124, jan./jul. 2013.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 – tempo presente)*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

Submissão: 22/05/2016

Aceite: 25/10/2016